



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 02 a 04/04/2016

OPERAÇÃO INDENIZAR-SE

Polícia vai começar a ouvir vereadores de Aracaju na segunda

Valter Lima
DA EQUIPE JC

Os 15 vereadores que são alvo da Operação Indenizar-se, que apura desvio de recursos públicos em contratos fictícios de locação de veículos e assessoria jurídica, começarão a prestar depoimento nesta segunda-feira, 4, à Polícia Civil e ao Ministério Público Estadual. A delegada Danielle Garcia espera concluir os inquéritos em duas semanas, para que os promotores possam dar continuidade ao caso, com oferecimento de denúncia e ação de improbidade administrativa em até 30 dias.

Os crimes que poderão ser imputados aos parlamentares são peculato, organização criminosa e lavagem de dinheiro, com condenações de até 12 anos de prisão. O esquema investigado é do período de 2012 a 2015 e pode ter desviado até R\$ 7 milhões. Ex-vereadores poderão se tornar alvo da investigação, uma vez que a polícia e o MP também estão analisando contratos da legislatura passada.

Na coletiva de imprensa realizada na sexta-feira, a delegada Danielle Garcia disse que já há provas de que os veículos que aparecem nos contratos como sendo utilizados pelos vereadores jamais saíram da posse dos seus proprietários originais.

“Os carros em hipótese alguma deixaram de ser utilizados pelos seus reais donos, embora figurem nos contratos

como se estivessem servindo aos vereadores. Os contratos eram fictícios. Já ouvimos os proprietários de quatro veículos. Alcivan Menezes apenas pegou as placas dessas pessoas e colocou nos contratos para justificar os pagamentos dos vereadores”, disse.

Para ela, é “óbvio” que isso contava com a conivência dos vereadores. “Como eles vão dizer que estavam com os carros sem estar? Como podiam pagar por um serviço que não era prestado?”, questionou.

Neste contexto, ela alertou aos parlamentares para que não apresentem nos depoimentos documentos falsos sobre a posse dos automóveis. “Aqueles que pensam em apresentar documentos falsos é bom ter cuidado. Já oficiamos o Detran e solicitamos as multas do ano para provar que os carros estão com os donos e não com os vereadores”, ressaltou.

A delegada diz que o esquema funcionava até de forma “primária, infantil”. “As pessoas compareciam à casa de Alcivan por amizade ou parentesco, ele pegava os números das placas para colocar nos contratos. A locadora não possuía sequer os documentos dos veículos. Tem veículo que não consta sequer nos dados do Detran”, relata.

ASSESSORIA JURÍDICA

Em relação aos supostos serviços de assessoria jurídica, Danielle Garcia informou que

não foi localizado na busca e apreensão qualquer documentação que mostre a prestação deste tipo de atividade da empresa de Alcivan Menezes para os vereadores, embora todos os meses eles fizessem o pagamento de cerca de R\$ 7 mil por esse assessoramento. “Ou esses papéis não existem ou estão no além. Os investigados terão que comprovar que tipo de assessoria era prestada”, pontuou.

“BURRICE”

Danielle Garcia afirmou que inicialmente o grupo que investiga o caso decidiu não pedir prisões, justamente para dar a oportunidade de todos se manifestarem, embora ela reforce que “o conjunto probatório de documentos é muito forte e contundente”.

No entanto, a delegacia não descartou a possibilidade de, ao longo do processo, solicitar a detenção. “Seria burrice deles atrapalhar a investigação ou forjar documentos. Mas caso isso ocorra e se houver coação de testemunhas, a gente vai pedir a prisão. Agora é desnecessário diante de toda prova que já existe”, ressaltou.

SEM REPASSES

O promotor Henrique Cardoso explicou que com a quebra do sigilo bancário dos investigados e o cruzamento das contas foi possível verificar a ausência de repasses de recursos. Ou seja, o dinheiro transfe-

rido pela Câmara, que deveria servir para pagar às empresas, mantinha-se nas contas dos vereadores investigados.

“Era como se fosse um dinheiro que eles regamente recebiam e já fazia quase parte do orçamento doméstico. Era apropriado já há bastante tempo”, relatou. “Será que eles não notavam que durante anos esse dinheiro ficou na conta deles: durante muito tempo essa história de que não se sabia de nada colou no País. Acho que hoje não cola mais”, ironizou.

O caso será levado também à Receita Federal. “Auditores da Receita terão acesso a estes dados, para que as empresas e os vereadores prestem conta desses recursos”, informou o promotor Bruno Melo.

DESDE 2002

A investigação identificou que a empresa Elo, de locação de veículos, existe desde 2002, o que levanta a suspeita de que este tipo de irregularidade se repete entre vereadores desde então. Um vereador, inclusive, tem envolvimento direto com a empresa. Os promotores também verificaram que a locadora não possuía um único veículo registrado em seu nome.

“Falamos em R\$ 7 milhões pegando os contratos de 2012 para cá. Pelo que percebemos, esta é uma prática que já existe há muito tempo. Se colocarmos mais anos, vai crescer este valor”, disse Henrique Cardoso.